

Isonomia abrirá votações do Congresso terça-feira

Fátima Xavier

A Câmara dos Deputados vota, terça-feira, a isonomia salarial dos servidores públicos federais civis e militares e, em segundo turno, a emenda constitucional que antecipa o plebiscito sobre regime e forma de governo para abril do próximo ano. No Senado, está na Ordem do Dia para ser apreciado amanhã, o projeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos docentes de 1º e 2º graus do Plano Único de Classificação de Cargos (PCC). Se aprovado — o mais provável é que só haja quorum no dia seguinte — vai a sanção presidencial. Não foi elaborada, ainda, a pauta de votação das sessões conjuntas (Congresso Nacional) já que as matérias do editorial de convocação ainda dependem da apreciação de comissões mistas.

Enquanto a Câmara vota o projeto de isonomia de autoria do próprio Executivo, o Congresso Nacional instala Comissão Mista para analisar a mensagem do presidente Collor solicitando delegação legislativa para editar leis sobre o assunto. Uma vez formada a comissão, deputados e senadores, se favoráveis à proposta de Collor, vão elaborar um projeto de resolução delegando-lhe poder e a matéria vai a plenário para votação. Aguardam a apreciação da Comissão Mista de Orçamento oito projetos do Executivo de créditos suplementares. São oito pedidos e pelo menos um, do Ministério da Ação Social, sequer foi lido em plenário como manda o Regimento Comum.

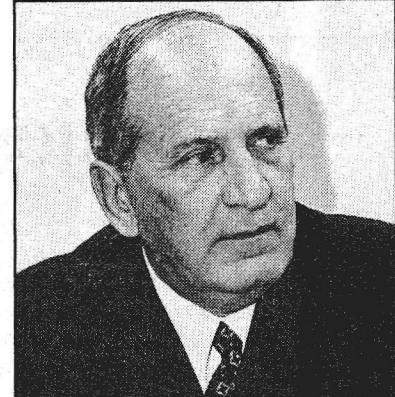
Até o final do mês, a Câmara deverá votar outros dez projetos e o Senado, mais sete e tantos quanto a Câmara lhe enviar, à medida que for deliberando, com ou sem substitutivos, mas com muitas discussões políticas. Tais matérias são os itens do editorial de convocação extraordinária do Congresso Nacional (as duas Casas separadamente e em conjunto) para trabalhar no período regulamentar de recesso parlamentar da segunda sessão legislativa de 49ª Legislatura, de 1º a 30 de

RAIMUNDO PACCÓ



Ney Lopes: patentes

JEFFERSON PINHEIRO



Maurício Corrêa: golpe

julho. A convocação foi feita pelo presidente da República no mesmo dia, 30 de junho, em que os presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro, e do Senado, Mauro Benevides, decidiram-se pela autoconvocação.

Sem clima — No dia 30 de junho o Congresso já havia se decidido pela autoconvocação “para acompanhar em plena atividade os fatos políticos que ora se desenrolam” e, aproveitando a oportunidade, deliberar sobre 16 matérias — duas editada na última quinta-feira. Foi acrescentado expressamente o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), mista e de cada uma das Casas, Câmara e Senado. A verdade é que os fatos políticos se agravam de tal forma que começa a ficar difícil acompanhá-los “em plena atividade” se para votar matérias polêmicas são necessários acordos políticos.

A Câmara e o Senado aprovaram ou vão aprovar uma reforma fiscal já? O Executivo já preparou uma nova proposta de ajuste fiscal e deverá encaminhá-la à Câmara no dia 14 para ser votada ainda neste mês. Ou emendas constitucionais como de desregulamentação da economia? Vai aprovar a delegação legislativa solicitada pelo presidente Collor para editar leis sobre isonomia salarial dos servidores públicos federais civis e militares? “Só se forem malucos”, observam assessores parlamentares. Algumas matérias, no entanto, deverão ser votadas segundo acordos políticos

que dependem do mérito, a exemplo da Lei de Patentes cujo acerto passa pelos dez anos de carência para entrar em vigor, pelo desequilíbrio entre os direitos e obrigações de quem detém a patente e a aceitação ou não de pressões políticas externas.

Ainda quanto ao Código Industrial (ou Lei de Patentes), há quem garanta que o substitutivo do deputado-relator Ney Lopes (PFL/RN) permite na prática a biodiversidade, ou seja, o patenteamento de seres vivos que tenham sofrido mutações genéticas. A emenda constitucional que prevê o ajuste fiscal tem como relator na Comissão Especial que estuda o assunto, e já está aguardando a nova proposta do Executivo, o presidente da CPI que investiga o esquema PC, deputado Benito Gama (PFL/BA). A aprovação da antecipação do plebiscito sobre regime e forma de governo pode se transformar no instrumento do “golpe” na opinião do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT). Brizola acusou a CPI do PC de ser “golpista”. Segundo o vice-presidente da CPI, senador Maurício Corrêa (PDT/DF), ele (Brizola) acredita que sugerir a renúncia ou pedir o impeachment do presidente da República antes do relatório final da comissão (que pode ou não comprovar ligações entre Collor e o empresário PC Farias) é “golpe dos parlamentaristas”. Até mesmo a proposta de governo de coalizão, mantendo Collor no poder, é coisa do parlamentarismo.